

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIAN MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A obsessão de Lula pela Vale



Ao agir para emplacar o companheiro Mantega na direção da empresa, o presidente retoma sua campanha para transformá-la em agente de seus delirantes projetos desenvolvimentistas

O presidente Lula da Silva quer porque quer retomar o poder de influência sobre a Vale. Consta que o petista está fazendo o que pode para emplacar o companheiro Guido Mantega na empresa – como presidente ou como integrante do Conselho de Administração. Em qualquer hipótese, a simples possibilidade de que isso aconteça, mesmo que Mantega não tenha condições de mudar os rumos da Vale como deseja Lula, ajudou a derrubar as ações da companhia na Bolsa – inves-

tidor nenhum gosta de interferências políticas nas empresas em que põe dinheiro.

A intenção de fincar uma bandeira na mineradora, a segunda maior do mundo, traduz a obsessão de Lula e do PT em transformar as grandes empresas nacionais em agentes a serviço dos delirantes projetos desenvolvimentistas do lulopetismo. O caso da Vale é exemplar dessa sanha.

Lula vem desde pelo menos 2006 questionando os rumos da empresa depois de sua privatização, em 1997, sob a alegação de que privilegia a bus-

ca do lucro e coloca em segundo lugar o imperativo de investir no País e gerar empregos. Em 2009, em seu segundo mandato, Lula traçou o plano de substituir o então presidente da Vale, Roger Agnelli, porque este havia demitido 1.300 funcionários em razão da crise mundial de 2008 e, principalmente, porque havia se recusado a tocar adiante o projeto lulopetista de investir na área de siderurgia e de transformar a Vale em generoso cliente da inexistente indústria naval que Lula sonhava desenvolver. Agnelli não resistiu à pressão e caiu em 2011 – depois de manobras, ora vejamos, do então ministro da Fazenda, Guido Mantega, que costurou apoio dos principais acionistas da Vale para afastar o executivo, tornando-se, ele mesmo, uma espécie de interventor informal da então presidente Dilma Rousseff na companhia.

Logo, chega a ser ofensiva a versão segundo a qual Lula estaria se empenhando em cavar um lugar para Mantega na Vale apenas para demonstrar gratidão ao ex-ministro por seus serviços prestados e arranjar-lhe um bom salário. Todos sabem que Mantega foi escolhido para essa missão porque é um tarefeiro do lulopetismo, como ficou claro, por exemplo, quando presidiu o Conselho de Administração da Petrobras, entre 2010 e 2015. Naquela época, Mantega deu aval aos projetos megalomaniacos que ajudaram a arruinar a empresa e atuou em favor da política suicida de preços dos combustíveis para socorrer a companheira Dilma, às voltas com uma inflação que corroía sua popularidade.

Portanto, ainda que Mantega seja um nome indelevelmente ligado ao que de pior o lulopetismo produziu, sobretudo na trágica passagem de Dilma Rousseff pela Presidência, quando ajudou a mascarar o desastre das contas públicas que culminaria em recessão e impeachment, ele não passa de um peão no projeto estatolatra de Lula.

Esse projeto inclui não só a Vale, mas também a Eletrobras, cuja privatização é tratada por Lula como “sacanagem”, “banditagem” e “crime de lesa-pátria” – o presidente mandou entrar na Justiça para reaver o poder de decisão sobre a empresa, o que na prática representaria sua reestatização, um escandaloso retrocesso. E, claro, não se pode esquecer da Petrobras, cuja reconstrução após a razia lulopetista levou anos, mas que de uns tempos para cá voltou a navegar ao sabor dos interesses do governo, em franco desrespeito aos seus investidores privados.

Seria tolo esperar outra coisa de Lula, um presidente comprovadamente incapaz de imaginar o Brasil com uma economia que se desenvolva e se sustente por suas próprias forças, em razão de investimentos privados, num ambiente de livre competição, sem qualquer interferência estatal. Nos sonhos de Lula está um setor produtivo que deixe de buscar o lucro e seja voluntarioso agente de seus fantásticos projetos de desenvolvimento liderados pelo Estado – todos já devidamente desmoralizados ao longo da trevoza era em que o lulopetismo exerceu o poder. ●

Talião não é bom conselheiro

Articulação entre os governadores de São Paulo, Minas e Goiás para acabar com as saídas temporárias de presos é desumana, imprudente e oportunista. A sociedade só tem a perder

É desumana, imprudente e oportunista a articulação entre os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas, de Minas, Romeu Zema, e de Goiás, Ronaldo Caiado, para aprovar no Senado um projeto de lei que põe fim às saídas temporárias de presos, conhecidas como “saidinhas”, benefício concedido aos apenados de bom comportamento que cumprem o regime semiaberto.

É desumana porque está inspirada por uma concepção medieval de pena, segundo a qual, quanto mais supliciado for um criminoso – ou mero suspeito –, mais o clamor por “justiça” será aplacado. Nesse sentido, note-se que são poucos os que ainda se espantam com a renitência do “estado de coisas inconstitucional” em que se encontra o siste-

ma prisional do País, sem que uma só autoridade tenha tido coragem para enfrentar esse problema, ponto de partida para políticas públicas sérias na área de segurança.

Os governadores vocalizam uma compreensão obtusa de que criminosos, ao serem capturados, deixam de ser titulares de direitos – inclusive, e sobretudo, direitos humanos. Mais bem dito: para essa turma, movida por uma mentalidade de aniquilação, criminosos são animais; e quanto pior forem tratados, melhor para a sociedade. Essa não é uma ideia de segurança pública que anima apenas autoridades brasileiras. Em El Salvador, Nayib Bukele é uma celebridade por encarnar, até de forma caricata, a ideia segundo a qual “bandido bom é bandido morto”.

Casos de sucesso em políticas de se-

gurança pública no mundo civilizado são aqueles que não negam a existência de direitos aos que violam as leis; ao contrário, são os que lembram a todo instante que, num Estado Democrático de Direito, não há lugar para a barbárie nem tampouco há confusão entre justiça e justicamento. As câmeras corporais nas fardas das polícias são exemplo vívido desse tipo de abordagem da segurança pública, profissional e republicana.

A articulação pelo fim das “saidinhas” entre Tarcísio, Zema e Caiado também é imprudente porque não considera as evidências científicas. É sabido que uma ínfima minoria de presos não retorna ao cárcere terminado o período de liberação judicial – cerca de 4,5% dos beneficiados. Em São Paulo, 34.547 presos saíram às ruas para as festas de fim de ano. Desses, apenas 1.566 não retornaram no dia aprazado, e só 81 deles – 0,002% dos beneficiados – foram flagrados pela polícia paulista cometendo crimes.

Diante desses números, é vergonhosa a declaração do secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, segundo a qual as “saidinhas” representam “um dos principais entraves para a segurança pública” no Estado. Ou se está diante de desonestidade ou se trata de rematada incompetência do sr. Derrite, por erro de diagnóstico tão crasso, para ocupar um cargo mui-

to acima de suas capacidades.

Por fim, trata-se de uma articulação oportunista tendo em vista os cenários políticos delineados não só para 2024, como também para 2026, ano de eleições gerais. Tarcísio, Zema e Caiado apelam à emoção primal dos eleitores, fartos de décadas da incompetência do Estado para lhes prover segurança. Presumem que os cidadãos querem vingança, não justiça. E, ao invés de iluminar o caminho, o obscurecem ainda mais com seu populismo rasteiro.

O fim das saídas temporárias não torna a sociedade mais segura e ainda pode aumentar o risco de violência a que estão expostos os cidadãos. Os beneficiados pela medida, lembremos, já saem dos presídios para trabalhar ou estudar hoje, retornando à prisão apenas para o pernoite. Ademais, cumprem suas penas em estabelecimentos despreparados para o regime semiaberto, convivendo com presos de altíssima periculosidade.

Um caminho técnico para evitar que presos em liberdade temporária fujam ou cometam crimes durante as saídas, sem prejuízo de outras propostas, seria aprimorar os critérios para a liberação, negando o benefício, por exemplo, a membros de organizações criminosas.

Tudo mais é aceno irresponsável para os sedentos de sangue, em particular nas redes sociais, essa espécie de Coliseu do século 21. ●